

Economia

OS CREDORES NÃO CONFIAM NO BRASIL

Um aval do Bird está sendo agora exigido pelos bancos credores para fornecerem uma parte do dinheiro novo que o País quer: eles se declaram intranquillos com o quadro



político e econômico do Brasil. Mas o ministro Maílson da Nóbrega declarou que “não há nada de extraordinário” no País. Por Moisés Rabinovici, nosso enviado especial a Caracas.

“Conversa franca”

Os banqueiros internacionais estão apresentando uma nova exigência para a concessão de uma parcela do dinheiro novo pedido pelo Brasil: a garantia do Banco Mundial. A revelação foi feita ontem, em Caracas, e é o reflexo da insegurança dos credores com a situação política e econômica do Brasil.

“Qual será a forma de governo? Até quando vai o mandato do presidente?”, são duas perguntas repetidas com frequência por banqueiros a repórteres brasileiros que os procuram, à margem da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Caracas, numa clara demonstração de que estão perdendo a confiança para investir mais dinheiro novo no Brasil. Isto explica, em parte, o desejo de garantias.

“Se quisermos, podemos fechar um acordo hoje”, garantiu uma alta fonte brasileira. “É só cedermos², ele continuou. “Estamos muito perto, mas os bancos insistem muito em ter garantias. Querem do Banco Mundial uma garantia para uma parcela do dinheiro novo”.

Esta alta fonte desvinculou o desejo de garantia dos banqueiros da situação instável no Brasil. Para ela, os bancos internacionais sofrem com a obrigação de criação de reservas sempre que fazem um novo empréstimo. Para os canadenses, por exemplo, as reservas chegam a 45%. “Por isso, é muito difícil vender para os bancos a idéia de novos empréstimos. Eles têm que diferenciar esse dinheiro novo do antigo, evitando assim a necessidade de aumentar suas provisões.”

A idéia de receber parte do dinheiro novo, em bônus, anunciada pelo ministro Maílson da Nóbrega no sábado, em Caracas, seria uma outra forma de driblar a carga dos bancos internacionais. E ela está

sendo negociada em Nova York entre o diretor da Área Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, e o comitê dos bancos credores. Mas levará tempo para que tome a forma de um acordo, “por causa das minúcias que devem ser examinadas.”

O Brasil ainda não tratou com o Banco Mundial das garantias que poderia lhe pedir, atendendo mais esta reivindicação dos credores. O ex-ministro Bresser Pereira chegou a sondar o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, durante uma visita a Washington, mas depois optou por outro caminho. Técnicos do banco, na época, duvidavam que o Brasil pudesse obtê-la, e questionam ainda hoje, levando em conta a resistência de países industrializados, entre os quais alguns de seus principais membros.

“Os países industrializados consideram inconveniente que o Banco Mundial ofereça esse tipo de garantia”, explicou uma fonte.

O ministro Maílson da Nóbrega e alguns de seus principais assessores afirmavam, ontem, em rápidos encontros com repórteres brasileiros no lobby do Hotel Hilton, de Caracas, que “não há nada de extraordinário” no processo de finalização do pacote de US\$ 5,8 bilhões acertado, em princípio, em Nova York. Embora o prazo para a conclusão do contrato esteja se esgotando, e que talvez o primeiro desembolso já não saia mais em junho, como se queria, as fontes brasileiras desmentem qualquer ocorrência de um recuo ou de uma nova crise.

O encontro entre o ministro Maílson da Nóbrega e uma delegação japonesa, na manhã de ontem, produzir “uma conversa franca” e a promessa de que o Brasil poderá obter uma ajuda do Japão “depois de um acordo geral”. Como contou um dos japoneses, Reiichi Shimomoto, vice-presidente do Eximbank.

Shimomoto acrescentou que a conversa na suíte do ministro Maílson da Nóbrega girou em torno de economia e política, “a situação geral no País”. Apreciamos muito o seu esforço” de trazer o Brasil de volta ao mercado financeiro internacional, ele disse. “A nossa impressão é a de que o ministro quer estabelecer uma sólida política econômica.”

Shimomoto não quis responder a algumas perguntas que se referiam à atitude do governo japonês. Diante da insistência de repórteres sobre se o dinheiro japonês está condicionado a um acordo do Brasil com o FMI — Fundo Monetário Internacional — ele respondeu: “Isto é um assunto que discutiremos depois”, indicando que o reinício de refinanciamentos dependerá “do estabelecimento de apoio internacional” e isto pode incluir não só o FMI, como o acordo final com os banqueiros privados internacionais e também com o Clube de Paris.

Um outro japonês, o representante do Banco de Tokio no comitê de bancos credores, qualificou a conversa com o ministro Maílson da Nóbrega como “muito realista”. Ele confirmou que o Brasil e os banqueiros estão discutindo há algum tempo um empréstimo-ponte, avaliado por fontes brasileiras em US\$ 1,8 bilhão, mas disse também que “ainda é muito cedo para dizermos que sairá, embora seja possível”.